

## O “outro” europeu no Brasil do século XVII

Gabriel Cordeiro Silva<sup>1</sup>

Na história, o outro foi sempre visto por meio da identificação ou não, tido como inferior ou superior e quase nunca como igual, sobretudo em momentos de “‘choques’, ‘conflitos’, ‘competições’ e ‘invasões’ culturais”<sup>2</sup>, criadores de “representações”.<sup>3</sup> Todorov diz que ele pode ser identifica-o por três formas: “axiológico” (de julgamento de valor, ligado ao aspecto moral); “praxiológico” (de aproximação, ou distanciamento); e “epistêmico”<sup>4</sup> (conhecer, ou ignorar). As asserções irão além dos grupos subalternos,<sup>5</sup> abordam formulações dos dominadores europeus sobre os seus visinhos.

Verse-a Padre Antônio Vieira e Gaspar Barléu. O outro de certa maneira possui costumes semelhantes, uma linguagem compreensível que se não apreciada, ao menos a respeita diplomaticamente. Portugal e Holanda encontram-se nos primórdios do século XVII em situações opostas. Portugal lutava contra a Espanha para se libertar da União Ibérica, com êxito em 1640. Já a Holanda, fazia parte da União Utrecht, formada por sete províncias e lutavam pela legitimação da sua autonomia perante a mesma Espanha.

A União Utrecht<sup>6</sup> se lança ao mar almejando angariar riquezas, expandir o seu cristianismo, gerar novas maneiras de tratar o comércio marítimo, conquistar territórios criando colônias, debilitando com isso, o império espanhol. Para isso, Boxer apregoa que estes criaram as Companhia das Índias Ocidentais e a Orientais, à fim de se estruturarem e diz que tal confronto poderia ser chamado de “a primeira Guerra Mundial”<sup>7</sup> devido as “lutas pelos sete mares” e pelo número de participantes, como: “ingleses, dinamarqueses, congolanos, persas, indonésios, cambojanos e japoneses”.<sup>8</sup>

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>2</sup> BURKE, Peter. **Variedade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.255.

<sup>3</sup> GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira; nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85.

<sup>4</sup> TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.183.

<sup>5</sup> Ver ALMEIDA, Maria Regina celestino de. **Os índios Aldeados: histórias e identidades em construção**. Revista Tempo, vol. 6, nº. 12, pp. 51-71, 2001; SILVA, Eduardo e Reis, João José. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: 1624-1654**. São Paulo, 1972. Entre outros.

<sup>6</sup> A União Utrecht tinha a centralização na Monarquia Orange-Nassau e dos Estados Gerais. Dessa maneira, utilizarei o nome de Países Baixos ou Holanda para referir estas províncias. Esta última foi a que mais se destacou nestas conjunturas do XVII. Ver o livro VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>7</sup> BOXER, Charles. A luta global com os holandeses (1600-63). In: **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120.

<sup>8</sup> Ibid., p.21.

Além de sua autonomia, envolviam-se na apropriação dos produtos exportáveis das colônias Ibéricas, em que o Brasil era uma importante colônia a ser tomada. Os ataques foram possíveis pela não aceitação do Tratado de Tordesilhas, como também, porque estes impérios estavam unificados nos primórdios das represálias Holandesas.

O Brasil nunca foi desligado das demais colônias de Portugal,<sup>9</sup> e estes perceberam a sua relevância no comércio europeu. Assim, invadiram a Bahia duas vezes, em 1624 e 1638 e em 1630 invadem e conquistam Pernambuco, sendo expulsos em 1655. Dois autores apresentam-se ligados a cada um dos lados.<sup>10</sup> Estes são Vieira e o humanista Barléu, que falam sobre o outro com juízos de valores nas suas narrações.

Cabe avaliar, inicialmente, o tipo de fonte produzida por eles e os seus papéis nestas sociedades. O artigo segue a asserção de um texto teórico de Adam Schaff:

“Não obstante, o que nós propomos fazer é analisar obras escritas por homens que, quando relatam a história dos acontecimentos, têm a intenção de transmitir a verdade objetiva e estão convencidos de terem realmente discernido a verdade. (...)”<sup>11</sup>

Verificar-se-á as produções destes autores não para buscar quem disse a verdade, mas sim, a representação sobre o outro. A certeza em dizer a verdade, leva a afirmação sobre o outro longe da fidedigna referência, pois estão tomados de alusões partidárias, repletas de propósitos e características próprias. Vieira produziu vários sermões, examinaremos um,<sup>12</sup> que sua formação religiosa induziu-o ao estilo literário ligado a religião. Já Barléu, escreveu um livro<sup>13</sup> diferente de Vieira, visava analisar a “geografia, a geologia, a flora, a fauna e a etnografia da região ocupada pelos holandeses.”<sup>14</sup>

Outra diferenciação está na produção da obra e da vivência no Brasil. Vieira viveu no Brasil, produzindo seus sermões livremente, seguindo o que pensava e no momento

---

<sup>9</sup> Esse debate é citado historiograficamente por FRAGOSO, João Luís R. e FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>10</sup> Apesar da exposição veementemente de seus lados na conjuntura da época, estes autores não podem ser considerados como detentores de um espírito de nacionalismo, pois, existia nesse período segundo Hobsbawm, apenas Estados “proto-nacionais”, visto que, o aspecto de nacionalização tornou-se evidente somente no século XIX. HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 11. In: ROSSATO, Elisiane Rubin. A nacionalização e a regionalização na formação da identidade latino-americana. 2003, p.1. <http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%202.pdf>, apud. Acesso em 22/12/2008.

<sup>11</sup> SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 12.

<sup>12</sup> O sermão a ser examinado dentre os vários criados por Vieira é o “**Sermão pelo Bom Sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda**”, escrito no ano de 1940.

<sup>13</sup> BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentes durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel Tenente-General de cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

<sup>14</sup> Newton Freitas. <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=213>. Acesso em 22/12/2008.

que lhe era fecunda as idéias. Seus sermões eram de aspecto moral, mas tinham uma absorção histórica da realidade. Já Barléu nunca veio ao Brasil, escrevendo seu livro na Holanda, encomendado pelo Conde João Maurício de Nassau, através de uma pesquisa documental e coleta de relatos, a fim de escrever “sobre os oito anos de seu governo (...), [*e para tal intento, Nassau*] franqueou seus arquivos, correspondências e o restante da documentação foram coletados através de pessoas que estiveram no Brasil.”<sup>15</sup>

Apesar da falta de documentação, algo que testifique uma ligação entre ambos ou um reconhecimento de existência, é salientar, que possivelmente estes sabiam da existência do outro, pois Vieira se tornou próximo do novo Rei de Portugal em 1640, exercendo funções como a de Embaixador na Holanda e na França. Já Barléu, ficou conhecido após a publicação do seu livro sobre a história dos anos de Nassau no Brasil.

Apesar da imposição nas suas asserções da fidedigna alusão da “realidade”,<sup>16</sup> não se irá levantar indagações sobre a questão da veracidade, apesar de ser importante para a verificação da representação, todavia, deve ser apreciado o processo de captação e uso da memória, que Le Goff apregoa a sua proeminência: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.”<sup>17</sup>

Os dois autores não escreveram obras memorialísticas, mas, trazem laços que os condicionam a ação de resgatar e explicar o passado para seus propósitos. Essa atitude de memorar o passado é mais evidente em Barléu do que em Vieira. Seus argumentos levam-nos a interpretações diversas. Assim, “o significado das memórias emerge do interior da dimensão temporal que envolve a relação passado/presente”, em que “o sentido atribuído aos acontecimentos passados, descrito pelo memorialista [*ou qualquer que faz uso da memória*], foi produzido depois deles terem se passado.”<sup>18</sup>

Vieira apresenta a sua perspectiva sobre os fatos, em que, sua narrativa moral acaba entrelaçando aspectos próprios com elementos sociais, visto que, os seus sermões visam o bem da sociedade. Vieira, indiretamente, apresenta a sua sociedade, pois se

---

<sup>15</sup> Leonardo Dantas Silva. <http://www2.uol.com.br/JC/2000/1105/art1105.htm>. Acesso em 22/12/2008. (destaque meu).

<sup>16</sup> Para o debate sobre a contemplação da realidade na oratória veja: GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 e **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p.368.

<sup>18</sup> Apesar de tratar sobre o período da Ditadura Militar, é muito relevante a contribuição sobre o uso da memória de CARDOSO, Lucileide Costa. **Construindo a memória do regime de 64**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol.14, nº27, 1994, p. 181. Apesar de serem escritos em período posterior aos fatos, as obras analisadas se configuram no plano da verossimilhança, ver GINZBURG, Carlo, op cit. (2002) e (2007). (destaque meu).

apropriada dos acontecimentos sociais para tematizar os sermões. Eles apresentam a aparência de inspiração divina, assim, sua visão sobre o passado é repleta do sacro, todavia, suas questões são de interesse social, tanto do âmbito terreno, quanto espiritual.

Barléu é o oposto, pois, seus escritos não contêm a sua memória dos fatos, todavia, não se apresenta como um compilador e explanador das informações, estando presente sua conclusão nesta obra. Resgata as informações necessárias e transformá-as conforme o seu pensamento humanista. As afirmações vêm da memória dos seus, pois esteve ausente nos acontecimentos, e, no momento de olhar o passado, enquadra estas memórias a uma projeção particular sobre os fatos, mas, o que fica mais evidente, é que sua obra se enquadra no aspecto da investigação e da análise histórica. Ele se expressa:

“(…) Eu, porém, vivo entre aqueles mesmos que obraram os atos por mim referidos ou neles intervieram, e eu escrevo para os seus olhos. (...) Aos documentos públicos dou o crédito que lhes dão os amigos da verdade, e não desejo para mim crédito maior: relato aqui, não o que viram vagamente os olhos, mas o que escreveram, durante a paz, espíritos serenos e acalmados.”<sup>19</sup>

O anseio de lutarem para se manterem independentes acentua a visão sobre o outro, pois, criam classificações de demérito e desprestígio.<sup>20</sup> No conflito militar, os autores disseram que o outro não era eficaz, pois são inferiores, elaboram pretextos que fogem da verídica referência, negligenciando o outro. Não se pretende aqui atribuir qual foi a melhor sociedade ou a mais “filantrópica”, e sim, analisar como pensavam, pois tinham como parâmetros o religioso, que se amalgamava em alguns com o humanismo.

Vieira diz que o outro não é superior, são instrumentos do “diabo”, e suas vitórias são possíveis devido ao estado de pecado e decadência das pessoas de Portugal. Ele dialoga como representante divino ao seu representado. Deus é opressor dos seus, devido os pecados destes, mas ao mesmo tempo, não consegue perceber quais seriam, e acaba denotando que o que acontecia a todos era um teste de fé, como o de Jó Bíblico.

Vieira anuncia a grandeza de outrora advinda de Deus, e, com as freqüentes derrotas, Deus estaria ao mesmo tempo sendo derrotado pelo diabo na terra. Deus teria abandonado o seu povo. A questão é espiritual, a negatividade do outro é formulada por este princípio. Os Portugueses são os escolhidos por Deus e os Holandeses pelo diabo.

---

<sup>19</sup> BARLÉU, Gaspar, op cit. 36.

<sup>20</sup> Tal atitude se apresentava em quase toda a sociedade, porém existiam algumas atitudes de cordialidade entre alguns integrantes de cada lado e, veremos mais a frente. A diplomacia entre estas sociedades “absolutistas” era uma ação estatal que refletia este espírito, pois tinha à princípio a função de espionagem da outra casa dinástica. Esse fator é discutido em ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In: **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 37.

Verifiquemos o que Vieira disse sobre a derrota, ressaltando o aspecto do pecado:

“(…) Os que tão costumados éramos a vencer e triunfar, não por fracos, mas por castigados, fazeis que voltemos as costas a nossos inimigos (que como são açoite de vossa justiça, justo é que lhe demos as costas), e perdidos os que antigamente foram despojados do nosso valor, são agora roubo da sua cobiça. (...)”<sup>21</sup>

Os Holandeses são vistos como homens sem coração, bárbaros que agem impunemente e amorais, pois, “os velhos, as mulheres, os meninos (...), morrem como ovelhas inocentes às mãos cruelmente heréticas” e, ainda são perversos, exemplificando que “os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria”,<sup>22</sup> exílio este, provocado pelas ações dos holandeses. O outro é desumano, suas ações desestruturam a sociedade do povo de Deus, tiram a paz e a harmonia social.

Diz que só restou a honra portuguesa, e que, “esta a passos contados se vai perdendo; e que aquele nome português, tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta.”<sup>23</sup> Vê a decadência vigente do seu povo, denotando-a aos hereges. Nega o fator material da decadência, pois, discorda de outro aspecto se não o espiritual, ou seja, da explicação da anexação do reino português ao da Espanha.<sup>24</sup>

O autor do sermão apresenta elementos do processo histórico vivido pelos hebreus registrado no Velho Testamento da Bíblia. Apresenta o povo português como o povo hebreu, que esteve escravizado pelos egípcios, ou seja, pelos holandeses. Assim, os hebreus foram escravizados, já os portugueses se sentiam em semelhante estado. Viera se preocupa em legitimar a sua religião como sendo a verdadeira, e acaba levando ao extremo de não ver o outro como um ser que pode ser respeitado pelas suas crenças.

Em outra citação, refere ao outro com distanciamento, discordando do que eles dizem e, isto lhe causa contestação, porque se trata de ter ou não ter Deus do seu lado. Irrita-se quando o outro diz que o escolhido é ele, e que seus feitos comprovam isso:

“(…) Olhai, senhor, que já dizem. Já dizem os hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitais: já dizem que porque a sua, que eles chamam religião, é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. Assim, o dizem, assim o pregam, e ainda mal, porque não faltará quem os creia.”<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> VIEIRA, Antônio. Parte I. In: **Sermão pelo Bom Sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda**. 1640, p. 1. (esta numeração como as outras à seguir, foram dadas por mim).

<sup>22</sup> Ibid., pp. 1-2.

<sup>23</sup> Ibid., p. 2.

<sup>24</sup> Ibid., p. 2.

<sup>25</sup> Ibid., p. 5.

Referiu ao outro como “herege”, ou seja, aquele que vai para outra crença, chamada de seita. Este é blasfemo, indigno e repugnante. Suas vitórias vêm do silêncio de Deus, deixando livre a ação do diabo pelos holandeses e isso lhe irrita. Questiona a não continuidade da “larga mão com que nos destes [*aos portugueses*] tantos domínios e reinos”, provocada não pelas “mercês de vossa liberdade, senão cautela e dissimilação de vossa ira, para aqui fora de nossa Pátria nos matardes.”<sup>26</sup> Deus se ira e os punem, mesmo sem pecarem e, pede que os libertem. Os holandeses são piratas, pois, matam e roubam os bens dos portugueses. A ousadia para com Deus é evidente e tamanha, veja:

“(…) Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem, não pede favor, senão justiça. Se a causa fora só nossa e eu viera a rogar só por nosso remédio, pediria favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vossa (...) razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça.”<sup>27</sup>

Pergunta se Deus irá entregar todas as colônias aos holandeses, e perto do fim, narra melancólico e chantagista para com Deus: “(…) Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que queirais algum dia, e que os não tenhais.”<sup>28</sup> Expressa-se pessimista sobre a doutrina católica no Brasil, como também ataca a Reforma Protestante:

“Enfim, Senhor, despojados assim os templos e derrubados os altares, acabar-se-á no Brasil a cristandade católica; acabar-se-á o culto divino; nascerá erva nas igrejas, como nos campos; não haverá quem entre nelas. (...) Não haverá missas, nem altares, nem sacerdotes que as digam; morrerão os católicos sem confissão nem sacramentos; pregar-se-ão heresias nestes mesmos púlpitos, e em lugar de São Jerônimo e Santo Antônio, ouvir-se-ão e alegrar-se-ão neles os infames nomes de Calvino e Lutero (...).”<sup>29</sup>

Vejam agora Barléu. O outro é o português. Refere-o de forma menos religiosa, vendo a derrota em 1625 materialmente, mas, pouco valoriza o outro. Sua explicação é endógena aos militares Holandês. Sobre a derrota diz: “tendo-nos antes dela senhoreado com varonil audácia, fomos depois privados por feminil covardia, por se haverem os guardas entregado à lascívia (...).”<sup>30</sup> Barléu proclama que o Brasil foi separado geograficamente por Deus de forma natural e politicamente pela força holandesa:

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 6. (destaque meu) .

<sup>27</sup> Ibid., p. 3.

<sup>28</sup> Ibid., p. 7.

<sup>29</sup> Ibid., p. 8.

<sup>30</sup> BARLÉU, Gaspar, op cit 98.

“Há muito a ciência dos geógrafos dividiu o Brasil em capitânicas do norte e do sul. A divisão recente é, porém, a que o distingue em Brasil Espanhol e Brasil Holandês. A primeira dessas divisões é a natural; a segunda é feita pela força e valor dos homens. Aquela é a do Criador; esta a da partilha entre os príncipes. Uma é perpétua e imutável; a outra passageira e variável, segundo a fortuna da guerra.”<sup>31</sup>

Barléu não reconhece a posse histórica dos portugueses, devendo estes negociarem a terra diante do poder e da superioridade militar holandesa e, se não aceitarem negociar, seriam massacrados “pela força e valor dos homens” holandeses. Louvando João Maurício de Nassau, apresenta-o como manifestação da providência divina, pois, conduziu cordialmente e apaziguou os ânimos de todos, assim defini-o: “Encontrastes o meio-termo entre os inimigos e os nossos, entre os ferozes e os brandos para honrardes com a doçura batávica aqueles que vencestes com o denodo batávico. (...)”<sup>32</sup> Nassau é o exemplo de respeito e símbolo dessa política, cuja contemplação deste como um governante justo e reto, refletia o desejo de continuidade dos holandês no Brasil.<sup>33</sup>

Em relação a administração portuguesa de 1638, relata a sua incapacidade de organização, devido: “(...) não lhe serem pagos os soldados, se inclinava para a rebelião; que havia divergência entre Bagnuolo e o governador da Bahia sobre o modo de se fazer a guerra (...)”. Assim, oposta-se aos holandeses. A seguir, fala pela primeira vez da resistência do outro, mas, enfatiza o poder de controle, inteligência e o poder de diálogo de Nassau para com os seus em abandonar a guerra, dizendo as circunstâncias para isso:

“(…), sabendo o nosso general que aos votos dos comandantes nem sempre correspondem os eventos das guerras, e que nem sempre os desígnios divinos se sujeitam aos dos homens, (...), examinou rigorosamente, com o conselheiro Gisselingh e outros comandantes de terra e de mar, o aspecto da presente guerra, o estado dos acampamentos e todas as circunstâncias da empresa (...)”<sup>34</sup>

“Prouve, portanto, a todos antes suspender o cerco tentado que lançar em maior discrimine e incertezas do acaso o resultado geral da guerra, pois era preferível reter as possessões a esperar de um tentame vão êxito duvidosos, e a insistir uma empresa ancípíte. (...) Notam os historiadores que raro se faz um exército retroceder ou se dá o sinal de retirada sem algum perigo. Nassau fez isso, porém hábil e militarmente.”<sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 44.

<sup>32</sup> Ibid., p. 13.

<sup>33</sup> Ver a obra de Ronaldo Vainfas (já citada acima), sobretudo, o capítulo “Desertores e Colaboradores”, pp. 92-102. Nesse capítulo o autor trabalha (como sugere o tema) com os contatos entre holandeses, portugueses e outros. Nele se pode ter uma maior visão sobre a dinâmica de interesses por traz de apoio ou não aos holandeses.

<sup>34</sup> Ibid., p. 105.

<sup>35</sup> BARLÉU, Gaspar, op cit 105-106.

Na vitória do outro se enfatiza o poder de Nassau. O outro é espectador das suas decisões, visto que, em raros momentos toma a dianteira na luta, cabendo-o, a esperar e reagir contra-atacando. Assim, são coadjuvantes, pois, é Nassau com seu saber militar e estratégico que decide pelo fim da guerra, e não os méritos de ataque e resistência dos portugueses. Ele fala sobre o não atendimento dos seus projetos em relação aos planos divinos. Deus está ao seu lado mesmo sem lhe atender, contudo, não há explicação para tal atitude como Vieira fez, ele é indagável, age e os homens devem silenciar-se. Barléu tolera a derrota, pois, opostamente de Vieira, não conclui tão pessimista, talvez, porque os fatos não lhe pertençam necessariamente, cuja memória são dos que os viveram.

A derrota é negativa, todavia, apregoa o poder de orientação, atitude e caráter dos holandeses em sair de circunstâncias adversas sem desorientarem-se. Foram derrotados não pelo valor, o vigor ou a força do outro, mas sim, por causa do pequeno número de soldados da Holanda em relação aos do outro. Relata a decisão desastrosa de Nassau em iniciar a guerra e algumas deliberações dele más planejadas durante a mesma e destaca que a natureza como manifestação divina acabou também criando obstáculo ao êxito. Barléu fala do outro como inferior, indigno de confiança e como chegaram ao Brasil:

“Os portugueses (esta é a segunda categoria dos habitantes) ou se estabeleceram no Brasil há muitos anos atrás, sob o domínio dos seus compatriotas, ou então, pertencendo à seita judaica, transmigraram recentemente da Holanda para ali. (...)”

“(...) A maioria dos portugueses nos são infensos, mantendo-se quietos só pelo terror, mas, apresentando-se-lhes ensejo, mostram-se contra nós desaforados e descomedidos em palavras. Antepõem a sua vantagem à boa fama e à lealdade; ocultam contra nós a sua cobiça e os seus ódios, e assim temos esses inimigos dentro das nossas muralhas, no próprio coração das cidades e dos povoados.(...)”<sup>36</sup>

Quando refere sobre a religião dos portugueses, apresenta-os como papista. Fala sobre estes para o leitor como se fossem leigos e, provavelmente eles não o eram, pois três províncias da União Utrecht eram católicas, sobretudo a Antuérpia, região onde foi escrito seu livro. Diz negativamente sobre seus dogmas, questionando-os:

“É libérrimo aos papistas o exercício de sua religião, ainda que não sem pesar e murmurações de alguns. Dos eclesiásticos uns são clérigos, outros frades. Clérigos chamo aos presbíteros e sacerdotes, que, sujeitos aos seus vigários, celebram missa e assistem aos enfermos.”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 152.

<sup>37</sup> Ibid., p. 159.



Ele disputa a verdade sobre a religião. Descredibiliza a crença portuguesa, assim como, categoriza-os com pouca flexibilidade em vislumbrar as novas perspectivas, ou seja, a religião protestante é negada por estes como o caminho verdadeiro da fé:

“É muito tênue a esperança de conversão dos papistas, pela sua inveterada opinião de verdade, a qual dificilmente se lhes arrancaria, pois julgam que de (p.158) vem guardar a religião e as cerimônias recebidas dos seus maiores e que seria abominável abandoná-las.”<sup>38</sup>

Cabe debater um aspecto dito por José Antônio Gonçalves de Melo. Em seu livro<sup>39</sup> aborda a comunhão e a amizade entre alguns dos dois lados.<sup>40</sup> Assim, não irá averiguar se estas amizades eram verdadeiras. Melo indica que tais aproximações foram exceções, não chegando a existir uma harmonia generalizada, mas, como o outro deve ser visto, esses relacionamentos não poderiam deixar de serem relatados nesta narrativa.

Melo fala da desarmonia relatada nos documentos holandeses que reduz o outro como falso, dessa maneira, estes aparecem carregados de menosprezo. Na nota de rodapé nº 29, relata alguns xingamentos dos holandeses para os portugueses, como: “traidores, cães, cornudos.”<sup>41</sup> Inversamente, Melo também diz que os holandeses maltrataram o gado e estragam as plantações dos portugueses. Destarte, exemplificar-se-á algumas amizades relatadas na mesma nota de rodapé antes destes xingamentos:

“Raros os momentos de confraternização entre brasileiros e holandeses. Raras as amizades como as de João Fernandes Vieira e Jacob Stachhouwer (...), de Antônio Cavalcanti e o escolteto do Recife Paulo Antônio Daems ou como a de Rodrigo de Barros Pimentel, de Porto Calvo, e Gerad Crayenstein, (...)”<sup>42</sup>

Barléu diz que entre os governistas, Nassau é o único a querer negociar com os portugueses, como também, a tolerar e conceder liberalidades, apesar de que, tais ações eram quase sempre entravadas pelo Conselho dos XIX e pela pressão social, forçando-o a impor algumas barreiras, como a proibição das manifestações coletivas do religioso.

Melo enfatiza unilateralmente as ações e as declarações dos holandeses e, apesar de não negar as agressões verbais dos portugueses aos holandeses, retrata-as superficialmente. Ambos declaravam-se inimigos, apesar das exceções. Fator provocado

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 159.

<sup>39</sup> MELO, José Antônio Gonçalves de. Atitude dos holandeses para com os portugueses e os judeus e as religiões católica e israelita. In: **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Recife: Massangana, 1987.

<sup>40</sup> Outros acabaram se direcionando para o lado do grupo que não fazia parte inicialmente, e outros correram de um lado para o outro. Ver nota de rodapé nº32.

<sup>41</sup> MELO, José Antônio Gonçalves de. op cit. p. 239.

<sup>42</sup> Ibid., p. 238.

pela conjuntura de luta religiosa e material, motivada para reprimir, repreender e menosprezar a alteridade. Nos dois autores do século XVII, o outro é estereotipado como intolerável, maléfico, dominável, depreciável e rejeitável culturalmente. Destaca-se que estes representam uma pequena parcela de escritores sobre “o ‘outro’ europeu no Brasil do século XVII”, visto, a grande militação gerada nestes mares do globo terrestre.

Segundo Anderson, os “Estados Absolutistas” “(...) Eram máquinas constituídas predominantemente para o campo de batalha.”<sup>43</sup> Tais autores explicaram seus êxitos e falhas sem depreciar os “estados” e não reconhecem o valor do outro, a sua alteridade. O outro é um obstáculo a ser transposto, cuja meta é obstinadamente planejada a fim da sua realização, mesmo que leve um longo tempo. A guerra impera onde a paz desvanece. Nesse período, o indivíduo possuiu um espírito guerreiro e vislumbrava o outro como oposto, quase desumano. Deve-se aniquilar o seu poder, domínio, autonomia e vigor social, pois, ele é um inimigo perigoso, contudo, inferior, mesmo com aspectos semelhantes e dessemelhantes. Sendo antagônico, deve ser desqualificado.

Somos humanos, os atos do passado não devem retornar. A história segundo Bloch,<sup>44</sup> deve prestar contas sobre o passado, tendo um propósito social e: “Só voltando para trás o filme da história é que se tornava compreensível o último fotograma (o presente). (...)”<sup>45</sup> Homi K. Bhabha apresenta uma nova forma de ver e perceber o outro:

“(...) Las culturas no son nunca unitarias en sí mismas, ni tampoco simplemente dualistas en la relación de Uno a Otro. Esto no es así a causa de ningún *nostrum* humanista por el cual más allá de las culturas individuales pertenezcamos todos a la cultura humana de la humanidad; (...)”<sup>46</sup>

O ser humano deve ser apresentado como integrante de um todo, e, pertence como Bhabha disse a cultura humana. O outro no passado foi visto como antagônico e imerecível de compreensão, cujo conceito de humanidade não existia. O outro nos dias atuais deve ser compreendido por critérios de inclusão, de unificação diplomática e, reconhecido como “carne de sua carne”, ou seja, o homem como igual, não o “homem carne e homem barro de fácil moldagem, de domínio e de sujeição pelo primeiro”.

---

<sup>43</sup> ANDERSON, Perry. op cit. p. 32.

<sup>44</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 41.

<sup>45</sup> Ibid. Les Caractères originiaux de l'histoire rurale française. Paris, 1952, p. XIV, p. 46 ss. (Trad. It. I caratteri originali della storia rurale francese. Turim, 1973, pp. XXIX e 42 ss. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.189.

<sup>46</sup> BHABHA, Homi K. **El compromiso con la teoría**. <http://www.accepar.org/numero4/bhabha.htm>. Acesso em 22/12/2008. (detaque do autor).

